

**ATA DA 213ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
SAÚDE DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO, 22/08/2016

PRESIDENTE

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMS-SP

MARCIA MULIN FIRMINO DA SILVA

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA ADENILDA MASTELARO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

PAULO ROBERTO BELINELO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADÃO DO CARMO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

SUELY LEVY BENTUBO FONSECA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

FRANCISCA ANDRADE QUINTEROS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

JOÃO CORTEZ NETO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

ANA ARLENE CARVALHO GOUVEIA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

MARIA REGINA DA COSTA E SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

MARIA CONCEIÇÃO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

FRANCESCA EDNELDA ANDRADE GOMES (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JOÃO CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

DARCY DA SILVA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

AIRSON DA COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
FRANCISCO JOSE C. DE FREITAS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
REGINA CÉLIA PEDROSA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
PEDRO CARLOS STELIAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
EULÁLIA ALVES CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ANA ROSA GARCIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
SELMA MARIA SILVA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARLY APARECIDA LOPES ALONZO MAZZUCATO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

MARIA JOSÉ ROLLO RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
CECÍLIA CLEONICE RIBEIRO MARTINS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARCO TADEU MOREIRA DE MORAES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DENIS VIEIRA PINTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARIA CÍCERA DE SALLES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DENIZE CALVO COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

VALÉRIA LUZIA FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
GRAÇA MARIA DE CARVALHO CÂMARA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
FÁBIO JULIO MOTA DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes:

MARIA MACEDO COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA E SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
HUGO FANTON RIBEIRO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
ANSELMO SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
MANOEL OTAVIANO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
VERA LUCIA DIAS PADILHA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARIZI DA SILVA FERREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ELIZABETE FERREIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
CÁSSIA SCHIFFER ROGERO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

NADIR FRANCISCO DO AMARAL (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
GERSONITA PEREIRA DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
DIONÍSIO REIS SIQUEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
EVANICE GOMES DE OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
ÉDER GATTI FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
IVONILDES FERREIRA DA SILVA - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ANGELA APARECIDA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
DURVAL RODRIGUES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
VIVIANE DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
IRAMIR BASTOS GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
MARIA CRISTINA BARBOSA STOROPOLI (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
CINTHYA COSME GUTIERREZ DURAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
IVAN GUILHERME LADAGA VICENTE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
LUCIANA AMARAL TIRADENTES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
CÉSAR AUGUSTO DE OLIVEIRA PAIM – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
ANDREZA TONASSO GALLI (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
TIAGO MORAES COELHO DALE CAIUBY (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

IV – Visitantes:

Conforme Lista

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP:

MARCIA MULIN FIRMINO DA SILVA - SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMS/SP

DIGITAÇÃO:

AMANDA SAMPAIO MACHADO DA SILVA – AGPP
EMMANUEL DUDA CÂNCIO DOS SANTOS – AGPP

REVISÃO GERAL:

MARCIA MULIN FIRMINO DA SILVA - SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMS/SP

PAUTA: INFRAESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Inicia a reunião. Solicita que seja informado aos ausentes ou atrasados que, as pessoas escolhidas para irem a Brasília, devem permanecer na sala de reuniões após a reunião. Ressalta que é um pleno extraordinário, e é com pauta única. A pauta é Infraestrutura do CMS. Abre para que as comissões exponham.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Além da exposição das comissões deve ser discutida a Lei 12.546 que garante o funcionamento e a estrutura do Pleno, e o PL que tira a autonomia do Pleno do CMS e passa ao governo a indicação de representante.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Ressalta que o Pleno irá discutir apenas a infraestrutura. Sobre a consulta pública, na última executiva ficou definido que será realizado um Pleno extra para o assunto. O assunto deve ser trazido para debate com o CMS e não aguardar que o CMS se manifeste na Consulta Pública.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Ressalta que os assuntos citados seriam debatidos nesta reunião.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Concorde que deveria ser tratado hoje, mas por ser pauta única, sugere que seja realizado um Pleno apenas para este assunto.

Cícera, Conselheira Titular representante do Poder Público: Crê existir uma confusão entre decretos. Uma coisa é o PL sobre a territorialização, que deve ser chamado um pleno extra para discussão. Outra coisa é sobre a legislação de prestação de contas do CMS. Sugere que baseado no planejamento do CMS sobre a infraestrutura deve ser feito um relato do que já foi discutido e está em pendência, para então dar os encaminhamentos.

Deodato, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Sugere que esta consulta pública fosse prorrogada por mais 15 dias para poderem analisar.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: De acordo com o regimento, plenos extraordinários são com pauta única.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Compartilha com a fala do conselheiro Deodato. É necessário se apropriar do conteúdo para se poder trabalhar com tempo hábil, para não prejudicar o Controle Social.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: A infraestrutura do CMS abrange a regulamentação de decretos, e envio de PL para a Câmara. É necessário debater a questão do FUMDES.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Essa discussão sobre o FUMDES foi realizada com a Dr. Célia em várias oportunidades, e foi encaminhado que seria levado ao Pleno. Esta lei não trata da reestruturação do CMS?

Adão, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Diz que este tema pode ser discutido nesta reunião, levando a questão de caráter de urgência do tema.

Cecilia, Conselheira Suplente representante do Poder Público: Nas reuniões anteriores, forma definidos seis grupos de trabalho para verificar as questões relacionadas ao CMS. Essa discussão citada pelo conselheiro Costa está dentro do item Jurídico e Orçamento. Toda segunda há reunião da Comissão Executiva com a Secretária Adjunta para dar andamento as necessidades.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: A sugestão é de que seja em pauta única, para que possam se aprofundar mais no assunto. Hoje deve ser apenas a infraestrutura e funcionamento do CMS.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Sobre o PL haverá reunião na segunda. Quanto ao decreto e o FUMDES será discutido no tema jurídico.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Sobre o PL ser feito um Pleno Extra, os demais temas entrarão agora. Consulta o Pleno. Consenso.

Infraestrutura: Adenilda informa que recebeu um relatório que em sua opinião não foi o relato da reunião. Solicita que seja desconsiderado e será feito um novo relatório. Ressalta que houve a discussão sobre as dificuldades nas compras pelo CMS. Acha de grande importância a compra de uma impressora colorida, e foi sugerido que não se compre, mas sim realize a locação. O CMS não quer depender da SMS em relação a isso. Foi solicitado que as reuniões tivessem um lanche. Será feito um levantamento das comissões e quantidade de pessoas para isso. Poderia até se solicitar marmita através das ATAS de preço. É necessário fazer isso este mês, para que no próximo as comissões já comecem a receber lanche.

Regina, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Complementa, que a ATA de esportes tem alimentação balanceada e poderia ser usada.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: É necessário um posicionamento do CMS para compra desta impressora, que é de suma importância. Ela deve ser comprada ainda este ano.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Diz que o encaminhamento deve ser maior que apenas a impressora e o lanche. A proposta era de que os membros do segmento USUARIOS tenham uma alimentação. Os conselheiros devem estar aqui a serviço do CMS para ter direito a comer e não apenas chegar aqui próximo do horário, simplesmente para comer.

Cícera, Conselheira Titular representante do Poder Público: Algumas coisas são viáveis a curto prazo, outras demandarão mais tempo. Por sugestão dos conselheiros, não haverão mais os kit lanches nas reuniões, e isso deverá ser levado ao Pleno ainda.

Maria José, Conselheira Suplente representante do Prestador Filantrópico: Em relação à aquisição de impressora colorida, há diferença entre adquirir e disponibilizar impressora colorida ao CMS. O memorando de 05 de Maio solicita uma justificativa para a compra.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: É necessário saber de quanto é o recurso para os lanches. E quanto custa este "lanchinho?" É necessário também ver quanto sai os lanches nas reuniões dos conselhos gestores das Supervisões Técnicas de Saúde. Sobre a impressora, o aluguel tem um limite de utilização. Não é um patrimônio do CMS. A manutenção deste equipamento será pago pela verba do cidadão.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Há a proposta de haver almoço para substituir os lanches, oriundo do HPSM. A comida é boa e balanceada por nutricionista. Já existe rotina para abastecer uma unidade fora do hospital, talvez seja a solução. A impressora está prevista no Plano e na programação. Neste caso há dinheiro para comprar, pois está em cima do orçamento previsto. Ressalta a necessidade de ser colorida para análise dos documentos.

Selma, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Não achava que a pauta seria lanches ou marmita. Recentemente participou da posse do conselho gestor da STS Vila Mariana/Jabaquara, onde foram servidas bolachas, pois não havia dinheiro disponível. Se recusa a discutir este tipo de assunto. Querem condições melhores, RH, etc. Como fica a base? Sobre a impressora, acha necessário.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: O trabalhador tem vale-refeição. Alguns usuários não têm condições disso. Defende o lanche para evitar que os representantes dos usuários adoçam.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Não concorda em compara o CMS com o conselho da supervisão técnica que é dentro do seu território. É possível ir para a reunião com o café da manhã tomado e voltar a tempo de almoçar. Não vem aqui para almoçar. Território é território.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Crê que essa reunião é importante para a reestruturação do CMS. Nunca foi militante para se aproveitar de situações. Existem pessoas que estão em situação muito complicada. Sobre a compra da impressora, hoje a impressora tem garantia e ainda pode ser colocada no seguro. O custo benefício, a impressora locada tem que ser paga independente da necessidade de manutenção. Devem otimizar gastos, pois o dinheiro sai do bolso do contribuinte.

Cecilia, Conselheira Suplente representante do Poder Público: Das 13 metas da Programação Anual de Saúde, a metade é sobre infraestrutura e apoio logístico. A partir deste planejamento foram feitas as comissões para discutir o andamento destas questões. Sobre a estrutura física, várias coisas devem melhorar. É necessário se ater aos assuntos que foram determinados nas comissões. Em relação a impressora, quanto de material é produzido, para quem, por quem ? Qual o custo benefício disso?

Ana Arlene, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Não deve haver discussão. Se é necessário a impressora e alimentação, tem que ter e acabou.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Dentro da Lei 13.563, em seu artigo 5, parágrafo 2, que cita sobre a aplicação do dinheiro do MDES, o Januário Montone foi pro Japão com este dinheiro, sem discutir sobre isso. Quer a impressora, quer o almoço, pois se o dinheiro que deveria ser discutido é tirado, e os demais deve se aplicar a lei.

Adão, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Estranha a declaração da conselheira Selma, pois quando era conselheiro da Supervisão do Ipiranga, nunca faltou nada.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Ressalta que defendeu que os trabalhadores também recebessem lanche, pois nem todos recebem vale alimentação, porém foi voto vencido. Os Estaduais são piores ainda. A lei prevê que devem ser dadas condições para o CMS trabalhar, isso engloba desde a condução até equipamentos para utilização. Usa o RAG como exemplo, pois não recebeu do governo uma cópia impressa, apenas por arquivo. Sobre o relatório do conselheiro Thiago, lá observou os valores dos lanches informado na prestação de contas. Ficou pasma com os valores apresentados.

Francisca, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Endossa as palavras dos companheiros. Vê grandes diferenças. A alimentação para a supervisão e para o CMS deve ser diferente, pois lá a distância é menor. Aqui a distância é maior. Em relação à impressora, não se deve retroceder.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Entende que deve-se acatar o relato verbal realizado pelas conselheiras da comissão e o conselheiro Freitas, via papel, e encaminhar com os adendos feitos.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Acresce que o encaminhamento destas propostas deve ser de acordo com a Lei 12.546, a Lei 13.563 em seu artigo 5, parágrafo 2.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Passa para a comissão Físico.

Cecilia, Conselheira Suplente representante do Poder Público: Após algumas reuniões e discussões com participação de membros dos setores envolvidos e a Secretária Adjunta, Dra. Célia Bortoletto, a solicitação era de ampliação do espaço do CMS e a Secretaria Geral. Ficou definido que a Secretaria Geral utilizará outro espaço e a área atual será incorporada ao CMS.

Cortez, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Sobre os microfones, era para uma empresa vir testar hoje, porém não foi possível. O objetivo é trabalhar com microfones sem fio. Outra necessidade que está sendo avaliada é a questão do WI-FI.

Tânia Gonçalves Vieira Caçador, Assessora Técnica da SMS: Ressalta que está ocorrendo uma reestruturação em todo o prédio.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Lembra que o espaço do CMS neste prédio é no 2º andar, onde está o Gabinete do Secretário. Este é o cronograma posto dentro da PMSP. O secretário Januário Montone, junto com Maria Zenith proibiram o conselho de entrar aqui. Essa situação requer uma decisão política. Como dizia Getúlio, aos amigos tudo, aos inimigos a lei. Aqui está ocorrendo o contrário. Faltam telefones, computadores, WI-FI. Apela que acelerem estas necessidades, pois até o fim do ano é necessário aprovar todos estes projetos.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Questiona se esse prédio é locado ou é próprio. Quais são os ônus e os bônus para a realização desta reforma no prédio. Deve-se observar os prestadores de serviço que estão trabalhando aqui. Porque não pensar em ocupar um prédio próprio público?

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Preocupa-se com o fato deste prédio ser antigo e principalmente em estar aqui sem nenhuma reforma. Realiza a leitura do informe disponibilizado pelo Movimento Social e Comunitário.

Cícera, Conselheira Titular representante do Poder Público: A gestão não se negou em nenhum momento em discutir ou realizar o que o conselho necessita. O que existe é um cronograma para realização. O CMS dormiu no ponto, pois deveria ter começado a acompanhar desde a programação anual de saúde. Sobre a verba da participação social nas regiões, a sugestão é uma reunião com a comissão de orçamento e finanças, a fim de padronizar este recurso. É necessário concluir as ações planejadas, ou ao menos deixar apontado para realização no ano que vem. É necessário trabalhar com a realidade factível que se tem hoje.

Cecilia, Conselheira Suplente representante do Poder Público: Em relação ao GT Físico, deseja saber se as propostas colocadas podem ser tocadas a frente. Várias pessoas auxiliaram nas negociações. Não é só a questão do espaço, mas também das condições de trabalho. A CIPA está trabalhando e se qualificando para realizar um levantamento de risco neste prédio.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Agradece a gestão pela abertura para discussão deste tema. Não critica a gestão, mas os modelos de atenção que foram utilizados.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Cita que o documento apresentado faz uma sinopse do que tem acontecido com o CMS. Não adianta solicitar a compra do equipamento e não acompanhar. Estes temas são para realização a longo prazo. Existem assuntos pontuais que estão sendo resolvidos com a Dr. Célia. É necessário resolver estes assuntos até o final do ano.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que a plenária Sudeste mudou para o dia 29/08, às 18h, no mesmo local.

Adão, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Parabeniza os companheiros pelo documento realizado. Diz que não é culpa do CMS. Admite que fizeram vistas grossas de muitas coisas que não deveriam ter feito. Sobre a reforma, novamente ficaram quietos e agora em um momento complicado, que é o eleitoral, estão tratando disso. Não se pode ter rabo preso com ninguém. Devemos nos estruturar para o ano que vem. Compete ao CMS exercer seu papel, independente do governo.

Deodato, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Esclarece que o projeto apresentado pelo GT Físico continue para aprovação pelo Pleno.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Não se sente culpada. Não foram ouvidos pelo antigo secretário. Em alguns momentos deveriam ter levado ao Ministério Público e não levaram. Agora, com o secretário Padilha conseguiram essa articulação. O encaminhamento é de se acatar o relatório do GT Físico, junto com os adendos colocados pelos conselheiros.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Quer que estas propostas entrem no relatório de reivindicações do CMS para 2017.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Passa para o GT Administrativo e Locomoção. Sobre o administrativo houve reclamação sobre o banheiro. A secretária do conselho informou que o banheiro está ótimo. Solicitaram o reforço do pessoal da limpeza para o dia de Pleno, lixos maiores para os banheiros, revisão da parte elétrica e hidráulica, dos computadores e dos telefones. Sobre o transporte, conseguiram que a Eulália seja transportada pelo carro do gabinete. A questão dos intérpretes, ainda ocorrem algumas falhas. Sobre a Gersonita, não sabe como está a situação. Deve-se rever esta questão ainda. Não se pode ter a dependência desta forma. Isso deve ser assumido pela secretaria como um compromisso. Continuam com problemas no administrativo, e sem relatos por escrito sobre a situação hidráulica e elétrica. Outra solicitação era de colocar uma câmera de segurança para poder detectar quem andava levando equipamentos da sala do CMS. Foram informados que não havia dinheiro para a compra. Há uma câmera no corredor e solicitaram que fosse deslocada, porém não foi atendida, porque a câmera é da empresa de segurança. Ficou muito decepcionada com um funcionário que sugeriu que colocasse a conselheira Eulália num ônibus.

Selma, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Sobre a parte elétrica, crê que não só não devem arquivar, como procurar os órgãos competentes para avaliar. Quando houve a discussão em outro conselho sobre o transporte, chegou na hora desistiram de enviar para o Ministério Público. Daqui a pouco os problemas retornam.

Cecilia, Conselheira Suplente representante do Poder Público: Sobre a locomoção, existe um esforço grande para tentar resolver essa situação. O objetivo é conseguir licitar um táxi acessível para o transporte. O jurídico está montando essa licitação, e isso demora. Acha importante acrescentar isso no relatório.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Existem dois encaminhamentos nesta situação. Um é da conselheira Eulália, que foi provado que tem o direito. A outra questão é a da Gersonita, onde a deficiente é a filha, e o que existe é um decreto do José Serra na criação da Secretaria do Deficiente, onde proibia o uso de terceiros ao conselho. Foi feito um parecer pelo conselho da Secretaria da Pessoa Com Deficiência, que foi para a Procuradoria Geral do Município, que justificou que ela não tinha direito. No último Pleno foi

aprovado que fosse feita uma proposta no conselho da pessoa com deficiência, que nós do CMS aprovássemos aqui e dessemos o encaminhamento. Precisa que eles derrubem a proposta lá, para que o CMS aqui possa encaminhar isso pra frente.

Eulália, Conselheira Titular representante da Pessoa com Deficiência: Concorde com o conselheiro Costa. Informa que sobre o guia-intérprete, a Central de Libras ainda não recebeu o calendário de reuniões do CMS e que isso dificulta.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicitou que o calendário fosse enviado a Central de Libras. Fecha o relatório com estes acréscimos então.

Cecilia, Conselheira Suplente representante do Poder Público: Acha que é importante que o Gilson envie por escrito os serviços realizados aqui na elétrica do CMS.

Ana Arlene, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: É só pedir ART e AVCB dos bombeiros sobre o CMS. Pela lei deve ser feita a cada dois anos.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Irão solicitar que o Gilson faça os relatórios relativos a este tema, e a todos os demais citados, e se for o caso, pedirão os laudos dos bombeiros.

Deodato, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Uma coisa é o laudo de bombeiros do prédio, que é problema do secretário, outra coisa são as instalações do CMS. Vê-se que houveram providências.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Em 2006 foi levada uma denuncia ao Ministério Público Federal sobre este prédio que culminou em um acordo de conduta. Deve-se buscar e ver o que foi realizado. Os documentos da CIPA sumiram.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Aprova-se o relatório com os adendos, e se revê o TAC de 2006.
Aprovado.

Cecilia, Conselheira Suplente representante do Poder Público: Sobre o GT de Recursos Humanos, informa que houve reunião com membros das áreas envolvidas e levantou-se a quantidade de trabalhadores do CMS. Sugeriu-se uma conversa com os trabalhadores para verificar as ações que realizam e quais os tipos de capacitações que os auxiliariam na realização dos trabalhos. Levantaram também as comissões e reuniões ordinárias, e estes trabalhadores têm que auxiliar em todas. Segundo a Silvana, coordenadora do RH da SMS, o CMS poderia reunir-se para verificar as demandas. É importante identificar algumas coisas, primeiro encaminhar as ações definidas na reunião. Uma das necessidades seria dois estagiários, um de biblioteconomia e outro de comunicação.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Deve-se pegar o decreto 53.990/13 e observar que no artigo 11, ele é bem explícito sobre o que deve ser discutido na comissão de rh e a gestão. Sente-se incomodado com a palavra técnico. Havia 19 funcionários antigamente trabalhando no CMS, de diversas categorias. O apoio técnico é necessário para dar subsídio ao conhecimento político dos conselheiros. É necessária uma estrutura permanente para o CMS. Com técnicos as discussões seriam mais ágeis.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Deve haver um reforço agora. Já existem profissionais doentes. As condições de trabalho são insalubres. As

comissões terão que ter um time, pois deve se voltar o tema para a Executiva, porém agora não há quórum na reunião. Crê ser consenso a questão dos estagiários para o CMS.

Cícera, Conselheira Titular representante do Poder Público: Em 2013, havia aqui 13 funcionários. É inegável a necessidade de mais funcionários. Devem tocar este assunto para frente.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: De acordo com a lei 12 546, em seu artigo 8, e o decreto 53990, o CMS deve ter as condições básicas para realização de seus trabalhos.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Estabelecer o tipo de estagiário limita o CMS. Isso não resolve a sobrecarga dos trabalhadores.

Cecilia, Conselheira Suplente representante do Poder Público: Diz que os conselheiros devem reler a programação anual de saúde, pois lá consta a solicitação de estagiários de biblioteconomia e de comunicação. Não é possível trazer profissionais desta área porque não fazem parte do quadro de funcionários da saúde.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Não se incomoda com a contratação de estagiários, até defende. As leis devem ser cumpridas, pois estas resolverão a situação do CMS.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: O estagiário é necessário pelo tamanho da biblioteca do CMS. É possível resolver sem a necessidade de concurso, uma vez que tem processo seletivo de estagiários. Os profissionais para o CMS devem ser fruto de concursos, e que sejam isentos dentro da estrutura da SMS. A comissão faz o relatório, traz para a executiva as propostas com os adendos e aí encaminham para o Pleno apenas para aprovação.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Ressalta que na própria rede existem trabalhadores compromissados com o CMS.

Selma, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Deseja que seja esclarecida quais são as atribuições dos trabalhadores do CMS. Deseja saber onde são arquivados os documentos do CMS.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Isso só reforça a necessidade de estagiários de biblioteconomia e de funcionários de carreira. Deve-se ter uma equipe que possui acesso a toda a documentação. Passa ao último GT Jurídico e Orçamento.

Cícera, Conselheira Titular representante do Poder Público: Houve uma solicitação de reunião com o Jurídico, e houve dificuldade de diálogo. É um transtorno a questão de adiantamento em nome de servidor, porém é uma lei da prefeitura inteira. Existe uma discussão para uma proposta de resolver este problema. Essa proposta foi levada ao jurídico, junto com a questão da acessibilidade, e quando foi colocada esta questão a Dr. Célia, ela assumiu esta questão para resolver junto com a Chefia de Gabinete. Ainda não foi possível a reunião com a Dra. Heloisa, responsável pelo jurídico. Foi pensada uma proposta de minuta de decreto para alterar esta questão. Ainda não receberam este documento. Qualquer coisa a respeito de decreto ou Lei só pode ser feita após o período eleitoral.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Existem duas questões divergentes. Não é necessário um PL, pois já existe a lei 12546, que quem delibera sobre orçamento e fiscalização é o CMS, e também delega ao CMS o conselho do

FUMDES. Em cima desta lei e do decreto, pode-se fazer um decreto sobre a composição da lei do FUMDES. Não está se pedindo nada mais do que é direito do conselho, autonomia orçamentária. Na interpretação da lei não é necessário uma nova lei. Isso é vontade política. Não cobraram do Januário Montone por ele utilizar o dinheiro para ir pro Japão ou para chamar conferência sem aprovação do CMS.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: O representante do jurídico não foi contrário. Quem foi contra, foi a Leide da CFO, além de ter sido desrespeitosa, insinuando que o CMS poderia querer este dinheiro para utilizar sem prestar contas. Por que não pedir um TAC ou ir ao MP? As questões das viagens, ou das assessorias. O Jorge Kayano pode ser assessor de educação permanente, e podemos solicitar outra como assessoria econômica. Deve se levar ao MP, e resolver o problema de uma vez por todas. Esta é a proposta para o GT e para a Executiva, para ser votada no próximo Pleno.

Cícera, Conselheira Titular representante do Poder Público: Antes do TAC deve-se conversar com o jurídico para ver o encaminhamento, até porque o governo não está se negando a realizar a conversa para resolver o problema. Se não houver solução, aí sim, se vai ao Ministério Público.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: A proposta não é de descaracterizar a reunião, mas é necessário ter uma posição. Pode se fazer por decreto dentro das leis vigentes. Se a lei aceita pagar gratificação, aceita pagar despesas do conselho.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: O prazo é o próximo Pleno. Todas as propostas serão colocadas no próximo Pleno. Se não houver uma resposta que satisfaça, pedirão autorização para realizar um TAC, que pressupõe que o governo concorde.

Adão, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Tudo que diz a respeito do Pleno, deve-se fazer a leitura e pedir no Pleno.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Deve-se tomar as providências antes da próxima gestão. Vamos rediscutir isso na Executiva para encaminhar para o Pleno. Se os problemas forem resolvidos, leva-se a questão do FUMDES. Sobre isso pedimos auxílio do Fúncia ou do Kayano.

Encerra a reunião.